

A dualidade linguística no jornalismo cabo-verdiano

Silvino Lopes Évora*

Índice

1 Aspectos históricos e práticos no uso da linguagem	2
2 Conclusão	6
3 Bibliografia	7

Resumo

O jornalismo é um elemento importante para a configuração do espaço comunicacional de qualquer país. No exercício dessa actividade, a língua, nas suas mais diversas manifestações, tem um papel de extrema importância. É através dela que a maioria dos acontecimentos e factos importantes chegam ao conhecimento dos membros de uma dada sociedade.

Em Cabo Verde, verifica-se uma conjugação de duas ferramentas linguísticas no processo comunicativo. A olho nu, pode-se ver que há uma divisão de áreas de influência: o português dominou o campo da escrita e o crioulo assegurou, para si, o privilégio de ser a língua mais falada no país. Dentro deste panorama, verificamos que a imprensa escrita e os *media* audiovisuais têm as suas formas próprias de lidar com a situação. Se os jornais e as outras publicações escritas

optam por traduzir os enunciados do Crioulo para o Português, as rádios e a televisão conjugam esses dois idiomas, numa espécie de diálogo inter-cultural entre as línguas. No entanto, regra geral, a primazia é dada à língua de Camões.

Palavras-chaves: Comunicação, linguagem, jornalismo, fontes de informação, consumo de notícias.

Introdução

Este estudo procura levantar o véu sobre um campo muito pouco trabalhado dentro da sociedade cabo-verdiana. Na verdade, quase todas as vertentes do espectro social cabo-verdiano carecem de estudos profundos, que nos ajudam a perceber a dialéctica funcional do nosso esquema social. A nível da linguística, não só há falta de estudos que nos ajudam a compreender a raiz da Língua Cabo-verdiana (o Crioulo), em todas as suas profundezas e nas mais multifacetadas influências, como também há uma enorme falta de investigação que contribui para a análise das evoluções que tem-se verificado no seio do Crioulo e as influências estrangeiras que este idioma tem sofrido (primeiro, pela Língua Francesa e, posteriormente, com muito mais agressividade, pelo Inglês).

A nível da investigação científica, a comu-

*Mestrando em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Mantém o blogue: www.nosmedia.wordpress.com

nicação verbal, como todo o sistema de comunicação, é um campo completamente virgem, em Cabo Verde. O domínio específico da comunicação social não fica de fora. O Jornalismo, as Relações Públicas, a Publicidade, o Marketing, a Comunicação Empresarial, os Estudos de Opinião e as Sondagens são áreas de conhecimento científico que, no arquipélago, precisam de ser estudadas de uma forma muito aprofundada, com vista à reconstrução do passado comunicacional das ilhas, identificar as estratégias, perceber os avanços e os recuos, entender a situação actual e traçar o prognóstico do futuro.

Com este trabalho, procuramos contribuir, de alguma forma, para a compreensão do meio em que os jornalistas cabo-verdianos operam, ver o que está por detrás da língua que usam e da outra que, raramente, utilizam no seu dia-a-dia profissional, em termos de produção e elaboração das notícias.

Mais do que traçar uma perspectiva histórica do campo linguístico cabo-verdiano, a nossa aspiração é fazer uma ligação entre as notícias que chegam ao espaço público e os idiomas que compõem o universo linguístico do país. Esperamos, com isso, dar início a um árduo trabalho que, terá continuação em outros projectos futuros, com o objectivo de melhor compreendermos o esquema informativo e comunicacional dominante no arquipélago e o próprio fenómeno de processamento das notícias na sociedade cabo-verdiana, analisando, quer o processo de elaboração da informação, quer as condições jurídicas e logísticas para a prática da actividade jornalística, quer, ainda, o consumo informativo.

1 Aspectos históricos e práticos no uso da linguagem

A linguagem verbal está no centro da comunicação humana. Quer através de sinais gráficos, quer por via de elementos fonográficos, o homem utiliza um conjunto de instrumentos que, na coerência da sua conjugação, acaba por produzir sentidos sociais. Mais do que a capacidade de formular um discurso, o ser humano possui aquilo que, na ciência linguística, é denominado de ‘Competência Comunicativa’ ou ‘Competência Linguística’: trata-se da capacidade de, a partir de um número limitado de sinais, o homem poder produzir um conjunto ilimitado de enunciados. A coordenação do discurso elaborado, seguindo determinadas normas e produzindo certos sentidos, é a chave do segredo da comunicação verbal de que o homem se socorre para interagir com os seus semelhantes.

Falar do jornalismo cabo-verdiano implica recordar toda a trajectória histórica que esteve na base da construção da cabo-verdianidade. Os primeiros passos dignos de registo foram dados entre 1460 e 1462, período em que se registou o primeiro desembarque português nas ilhas, seguido do início do processo de povoamento do arquipélago. Nessa altura, reza a História que Cabo Verde encontrava-se completamente desértico.

A inexistência de uma população fixa e enraizada levou os portugueses a assumirem-se como protagonistas da descoberta do arquipélago, reivindicando o estatuto de serem os primeiros a pisar o solo cabo-verdiano. No entanto, existe uma guerra aberta entre os historiadores que têm debruçado sobre essa questão, verificando-se que há quem defenda que, por inúmeras vezes, os negros

da Costa Africana haviam desembarcado nas ilhas, sem nunca terem fixado residência, devido às questões climatéricas adversas, marcadas sobretudo por uma seca intensa, que muito dificulta a produção agrícola e, conseqüentemente, a subsistência das populações.

Contudo, a tese de que os portugueses encontraram o país completamente desabitado é unânime a todos os estudiosos da História Cabo-verdiana. Por isso, partimos desse pressuposto, na tentativa de fazer a reconstrução do percurso linguístico do país. O espaço linguístico cabo-verdiano trata-se de uma entidade bidimensional, marcada sobretudo pela coabitação de duas línguas, em que a materna tem na oficial o seu ponto de partida, numa mescla exótica entre a Europa e a África.

A colonização portuguesa, em África, assumiu diferentes dimensões, consoante a região ou o país em que o domínio colonial fez sentir a sua influência e o seu poder dominador. O caso de Cabo Verde é diferente do de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, mesmo, o mais próximo, Guiné-Bissau. Se nesses países, a antiga Coroa Portuguesa encontrou comunidades mais ou menos organizadas, sobre as quais teria que exercer a sua influência, em Cabo Verde, a então Metrópole tinha que pensar no processo de fixação das populações nas ilhas desabitadas.

Entretanto, o sistema de povoamento, que daria a Cabo Verde uma população de raça branca, traçado pela então Coroa dominante, entrou em colapso. O objectivo primordial do Portugal de século XV era assegurar mais um arquipélago “branco” no meio do Atlântico, obedecendo, desta maneira, estratégias de povoamento idênticas às dos arquipélagos de Madeira e Açores, actualmente com o estatuto de Regiões Autónomas. O projecto

tornou-se completamente insustentável, na medida em que, Cabo Verde, tornara-se um espaço pouco atractivo para os europeus, não só por causa da distância em relação a Portugal, como também, devido às especificidades geográficas das ilhas, com situações climatéricas bastante diferentes das da Europa. A seca e a possibilidade virtual da fome incentivaram a que os portugueses não quisessem participar, em massa, no povoamento do arquipélago.

Com todos os incentivos dados àqueles que estariam dispostos a aventurarem-se no povoamento de Cabo Verde, apenas uma minúscula parte da população branca se dispôs a participar no procedimento de habitação das ilhas. Daí, tornou-se inevitável a captura de escravos na Costa da África para dar-se o seguimento ao povoamento da região.

Todo esse contexto histórico que acabamos de traçar ajuda-nos a compreender o espaço linguístico onde os jornalistas cabo-verdianos operam; ajuda-nos, também, a perceber por que processo de codificação as notícias passam até chegarem ao espaço público, de forma elaborada, trabalhada e pronta para cumprir o interesse informativo do país. Tal como sublinha Nelson Traquina (1988), o principal objectivo da imprensa escrita e dos *media* audiovisuais, enquanto meios de propagação de informação no espaço público, é fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes para a vida do homem na sociedade. Para isso, dois elementos desempenham um papel absolutamente importante: a imagem e a palavra. É sobre esta última que, actualmente, centra toda a nossa preocupação.

A inexistência de qualquer população fixa nas ilhas, no início da segunda metade do século XV, é um facto que tem um papel

muito importante na definição do espaço linguístico cabo-verdiano. Essa circunstância fornece-nos sinais para percebermos porquê que, diferentemente dos outros países africanos cuja língua oficial é o português, Cabo Verde não possui um conjunto variado e diversificado de línguas e dialectos nacionais, com capacidades para a divisão do país em várias etnias. A população colocada nas ilhas, embora em épocas diferentes, comungou, de alguma forma, de traços culturais (e linguísticos) semelhantes. As variações da língua crioula que se faz notar entre as ilhas não têm uma dimensão tal que dificultam a compreensão e a interacção social entre as populações¹. Por isso, embora apresentando uma faceta diversificada, o verdadeiro papel da língua crioula é unificar o povo cabo-verdiano. O português tem, assim, muita dificuldade de se implementar no quotidiano do povo das ilhas.

A falha no projecto definido pelo Portugal do século XV, de dar às ilhas um tipo de povoamento semelhante ao do das duas regiões autónomas portuguesas, justifica o facto de, mesmo não tendo encontrado nenhuma população enraizada, Cabo Verde, ao contrário dos outros países da África lusófona, não tem a Língua Portuguesa como o único idioma unificador da sociedade. Caso o projecto tivesse afirmado, o país contava apenas com o português como mecanismo de mate-

¹ Em termos sociológicos, interacção significa uma acção social, com orientação mútua, que envolve dois ou mais indivíduos, em contacto. A interacção social acaba por distinguir-se de uma mera inter-estimulação, dado que ela envolve um conjunto de significados e expectativas em relação à acção dos outros intervenientes no processo interactivo. De alguma forma, pode dizer-se que, no sistema social interactivo, há uma reciprocidade das acções sociais.

rialização da interacção verbal entre os habitantes, embora com características regionais próprias, como acontece com o caso da Madeira e dos Açores ou mesmo dentro do Portugal continental (Lisboa, Porto, Alentejo assumem diferentes registos do português).

O recrutamento de escravos na Costa africana, por acréscimo, trouxe outros traços linguísticos que, num casamento pouco amistoso com o português, paulatinamente, fecundou um filho: o Crioulo. Hoje, o espaço linguístico cabo-verdiano comporta um estatuto bidimensional. A coabitação do Crioulo, por muitos hoje designado de Língua Cabo-verdiana, com o português tem sido uma constante, sendo o primeiro entendido como Língua Materna e o segundo, Língua Oficial.

Atsushi Ichinose, da Universidade Sofia (Tóquio), no seu estudo sobre a ortografia do Tetun (uma das línguas mais populares de Timor Leste), lembra, tal como já salientamos ao longo deste estudo, que o arquipélago de Cabo Verde era completamente desabitado quando recebeu o primeiro desembarque da expedição portuguesa, no decorrer da segunda metade do século XV. “Os colonos portugueses trouxeram os africanos do continente e aproveitaram a sua força de trabalho para a colonização. Através da convivência duradoura de duas raças, fez-se a mistura das diversas línguas e nasceu o crioulo. O crioulo é, neste arquipélago, falado desde o seu nascimento até hoje como a língua materna para a maioria do povo cabo-verdiano. Embora tivesse havido tempo em que o crioulo gozava o alto prestígio social em relação ao português, não lhe foi atribuído o estatuto oficial na época colonial e mesmo depois da independência. É verdade que antes da proclamação da independên-

cia em 1975, o crioulo era sempre oprimido pelas autoridades coloniais” (ICHINOSE: *in* <http://www.jomon.ne.jp/~odayu/hakerek/hakerek1/uma.htm>, consultado a 14 de Janeiro de 2006).

Nos últimos tempos, Cabo Verde conheceu intensos debates no sentido de atribuir, ao Crioulo, o estatuto de Língua Oficial, a par do idioma de Camões. A diversidade, em termos característicos, do Crioulo, na sua variação de ilha para ilha, tem intensificado os debates, que, muitas vezes, tornam-se bastante apaixonantes. Isso, de alguma forma, tem dificultado a definição política da Língua Cabo-verdiana como uma segunda língua oficial no país².

² Atsushi Ichinose lembra que “nestes últimos vinte e cinco anos como um país independente, ouvem-se vozes que defendem a oficialização do crioulo, ao mesmo tempo há hesitações nesse sentido sobretudo pela parte da camada elite da sociedade cabo-verdiana. Quando se debatia acerca da oficialização do crioulo, sempre se tratava da questão da ortografia.

Para ficar claro, daremos os exemplos concretos. Como se sabe, a grafia “ch” do português representava antes o som africado /tʃ/ e este fonema ficou no crioulo sem modificação. Os cabo-verdianos, por exemplo, dizem / tʃuba/ em crioulo para significar a “chuva”. Quando se tenta transcrever com o alfabeto, no entanto, surge a discrepância. Alguns defendem a escrita etimológica, i. e. aquele som africado deve ser, para eles, transcrito com o “t” antes de “ch” como “tchuba” (diga-se de passagem de que o som fricativo /v/ se torna oclusivo /b/ em crioulo). Outros manifestam a opinião de que a ortografia cabo-verdiana deve ser a mais simples possível e seguir a ortografia africana, isto é, respeitar o princípio de “uma grafia para um som”, portanto, aquela palavra deveria ser escrita “cuba”. É imaginável que logo se levanta a voz contra esta escrita à africana, pois, “cuba”, para os que sabem a escrita portuguesa, poderia ser lida /kuba/, significando o nome do país latino-americano.

Daremos mais um caso, que diz respeito às grafias do fonema /s/. Este fonema é representado, na escrita portuguesa, pelas grafias “s”, “ss”, “ç”, “z”. É evi-

Atsushi Ichinose, no seu texto “Panorama Linguístico dos PALOP” lembra que “todos os cabo-verdianos falam crioulo embora se observe a diversidade dialectal entre as ilhas. Muito dificilmente se encontra um cabo-verdiano que não saiba esse idioma que nasceu através do contacto entre o português e as línguas africanas”. O autor continua, dizendo que o mesmo não acontece com a língua portuguesa, no arquipélago, onde há um número limitado de falantes dessa língua. No entanto, deixamos claro que, o não falar português, em Cabo Verde, não implica não perceber um discurso oral produzido nessa língua.

Normalmente, quem não fala português encaixa-se numa ou nessas duas categorias que enunciamos: ou não sabe escrever ou pertence a uma classe social de baixa literacia. Dificilmente consegue ler, seja em que idioma o discurso for produzido. Isso porque, o português é a porta de entrada para a aprendizagem da escrita nas ilhas.

Perguntamos: **como é que o jornalismo cabo-verdiano lida com este problema bidimensional do espaço linguístico do país?**

Seguindo as políticas linguísticas definidas e sublinhadas pelos sucessivos Governos, desde a independência do país (a 05 de Julho de 1975), na comunicação social e nos espaços oficiais, o português tem tido primazia face ao Crioulo. Assim, tradicionalmente, o jornalismo cabo-verdiano é feito em português. Mas, não exclusivamente.

dente que os defensores da escrita etimológica querem manter as grafias originais do português para o vocabulário cabo-verdiano. Por outro lado, os apologistas da ortografia fonológica permitem unicamente o uso da grafia “s” para o fonema /s/” (ICHINOSE: *in* <http://www.jomon.ne.jp/~odayu/hakerek/hakerek1/uma.htm>, consultado a 14 de Janeiro de 2006).

Joga com essa tal bidimensionalidade do espaço linguístico cabo-verdiano de que falamos, na medida em que, frequentemente, o Crioulo é convocado para preencher, certos espaços, nos noticiários das rádios e da televisão nacional.

Com a imprensa escrita, o caso é bem diferente. Quando um jornalista de um *medium* impresso entra em contacto com pessoas que não dominam a língua portuguesa, comunica, com a fonte, em Crioulo. No processo de elaboração da notícia, o profissional procura traduzir a informação prestada pelo seu interlocutor para o português. Isso acontece dessa forma porque há uma boa parte da população cabo-verdiana que, embora entendendo o português, não consegue produzir um discurso coeso e coerente nessa língua, visto que, na oralidade, verifica-se um completo predomínio do Crioulo sobre a língua camoniana.

O cidadão comum, a população analfabeta e outras populações que não têm um bom domínio do português, em teoria, têm o mesmo acesso aos *media* do que os que dominam perfeitamente o português. Embora, na prática, sabemos que as coisas não se passam de outra forma. Raramente, o comum dos cidadãos tem acesso ao espaço mediático, conforme um estudo elaborado por Silvino Lopes Évora sobre as fontes jornalísticas na Televisão cabo-verdiana (ÉVORA: 2005, in http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codator=893).

Quando, por razões que se prendem com os *valores-notícia*, os cidadãos comuns são convidados a ser protagonistas de uma notícia, depara-se, certas vezes, com situações em que a fonte de informação domina unicamente o Crioulo. Mas, não há nenhuma legislação que discrimina as pessoas em fun-

ção da língua que domina. Não é porque um indivíduo não consegue expressar em português que deixa de ser uma potencial fonte de informação para os jornalistas de Cabo Verde.

Virtualmente, todos os cidadãos têm o mesmo direito de participar no espaço público, através dos órgãos de comunicação social, podendo canalizar as informações necessárias para o espaço público, por meio da língua sobre a qual têm domínio. Como já frisamos, quando se trata de um meio de comunicação impresso, o jornalista opta pela tradução do conteúdo da informação. No caso dos *media* audiovisuais, o modo de procedimento será diferente: a parte da informação que a fonte presta passa para o espaço público, em Crioulo, e a reportagem é feita em português. Dá-se, então, um cruzamento, numa perspectiva dualista do dizer cabo-verdiano, no jornalismo. Há, de alguma forma, uma harmonização das duas dimensões da língua (ou das línguas cabo-verdianas) cabo-verdiana, em benefício de um verdadeiro processo de interação social. Isso não causa nenhuma confusão no seio da audiência, uma vez que, geralmente, os cabo-verdianos, mesmo nunca tendo sentado num banco da escola, percebem um discurso oral produzido em português.

2 Conclusão

Com este trabalho, pudemos perceber que a esfera linguística cabo-verdiana está muito ligada aos processos históricos por que passou o país. Cabo Verde não possui várias línguas nacionais como acontece no caso de Angola ou Moçambique, mas também não tem uma única língua como se verifica no Brasil ou em Portugal. A sua estrutura lin-

guística possui uma característica que apelidamos de bidimensional, materializando-se em dois idiomas diferentes, que têm algo de comum. Diria que mais de metade das palavras que compõem o Crioulo são provenientes do português, com sonoridades próprias adquiridas no arquipélago, num processo de fusão cultural entre a África e a Europa.

Para além do processo histórico, entra em linha de conta uma definição política que, a partir de 1975, com a independência do país, atribuiu estatutos sociais diferentes para as duas línguas: o português assumiu o papel de língua oficial e o Crioulo foi destacado como língua materna. A convivência entre esses dois idiomas não foi muito difícil, mas também, não foi muito fácil. Cada uma das línguas assumiu um determinado campo da prática: o português assegurou a dimensão escrita, uma vez que é a primeira língua em que as crianças aprendem a traçar as suas primeiras letras; o Crioulo dominou sobretudo a vertente da oralidade, sendo o primeiro idioma com que as crianças têm contacto no seio da família. E isso vai ter efeitos práticos no próprio jornalismo que se faz no país.

Há naturalmente a necessidade de uma conjugação de mais-valias entre essas duas línguas, no sentido de conseguir construir-se um espaço comunicativo abrangente e democrático, sem censuras, que não dificulta o acesso e a participação dos cidadãos na vida pública, através dos órgãos de comunicação social ou de qualquer outra via de difusão da informação em massa. O português e o Crioulo, quer no jornalismo, quer em outras áreas da sociedade, são ferramentas importantes para a interacção social do povo cabo-verdiano.

Importa ter em consideração que a comunicação social cabo-verdiana está a passar

por um processo de completa transformação, sobretudo devido ao papel que a Internet tem desempenhado na nossa sociedade e na sua diáspora, enquanto ferramenta importante de veiculação de opinião, informação e cultura. Virtualmente, hoje o controlo político da informação não chegará a ser total. Há sempre espaços por onde possa haver fugas de informação.

Se entrarmos já no domínio dos blogues, a análise desse tema torna-se muito mais interessante, uma vez que esse formato tem estado a ser usado numa situação de completa liberdade, onde muitas regras ficam por cumprir. A blogosfera cabo-verdiana é uma mescla de linguagem, que varia entre o português e o Crioulo, onde, cada um, de acordo com a sua vontade e o seu humor, escolhe a língua e a maneira que entende como adequadas para chegar ao espaço público. No entanto, os blogues serão temas para outros estudos, que procuraremos desenvolver para colmatar, por mínimo que seja, a falta de investigação e produções científicas sobre a sociedade cabo-verdiana.

Em suma, a esfera linguística cabo-verdiana goza de duas dimensões: a vertente do Crioulo e o domínio do português. Por necessidade, as duas línguas coabitam, diariamente, no mesmo espaço geográfico, tornando a sociedade cabo-verdiana numa entidade bidimensional.

3 Bibliografia

ÉVORA, Silvino Lopes: “As Fontes Jornalísticas na Televisão Cabo-verdiana: Os ‘definidores primários’ das discussões”; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC), Universidade de Beira Interior, *in*

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf>, Covilhã, 2005.

ICHINOSE, Atsushi: “Panorama Linguístico dos PALOP”; *in* <http://www.jomon.ne.jp/~odayu/hakerek/hakerek1/panorama.htm> consultado a 14 de Janeiro de 2006.

ICHINOSE, Atsushi: “Uma pequena sugestão para definir a ortografia do tetun”; Universidade Sofia, Tóquio, *in* <http://www.jomon.ne.jp/~odayu/hakerek/hakerek1/uma.htm>, consultado a 14 de Janeiro de 2006.

TRAQUINA, Nelson: "As notícias", *in* *Jornalistas – Revista de Comunicação e Linguagens – nº 8*, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1988.